

RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE FILHOS E RENDA PER CAPITA NO BRASIL

RELATIONSHIP BETWEEN NUMBER OF CHILDREN AND PER CAPITA INCOME ON BRAZIL

Magno Ribeiro da Costa¹

RESUMO

O artigo investigou a relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, considerando fatores demográficos, econômicos, sociais e culturais. Os resultados revelaram uma tendência de redução no número de filhos, especialmente entre as famílias mais pobres, influenciada em parte pelas políticas públicas de saúde e educação, como o Programa Bolsa Família. Essa redução sugere que o acesso a serviços de saúde e educação tem impactado positivamente o planejamento familiar, destacando a importância de políticas públicas integradas para promover o bem-estar das famílias, especialmente as mais vulneráveis, e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país. O estudo ressalta a complexidade das dinâmicas familiares no Brasil e sua relevância na análise socioeconômica contemporânea.

Palavras-chave: políticas públicas; saúde comunitária; desigualdade social.

ABSTRACT

This article investigated the relationship between the number of children and per capita income in Brazil, considering demographic, economic, social, and cultural factors. The results revealed a trend of decreasing the number of children, especially among the poorest families, influenced in part by public health and education policies such as the Bolsa Família Program. This reduction suggests that access to health and education services has positively impacted family planning, highlighting the importance of integrated public policies to promote the well-being of families, especially the most vulnerable, and sustainable socioeconomic development in the country. The study underscores the complexity of family dynamics in Brazil and their relevance in contemporary socioeconomic analysis.

Keywords: public policies; community health; social inequality.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Medicina pela Universidade Estácio de Sá. Médico generalista. Contato: magno_torres13@hotmail.com

A dinâmica populacional e suas inter-relações com a economia familiar constituem um tema central na análise socioeconômica contemporânea. No Brasil, as últimas décadas testemunharam transformações significativas nos arranjos familiares, que têm implicações profundas tanto na estrutura demográfica quanto na distribuição de renda entre as famílias (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019). Um aspecto particularmente relevante desta transformação é a relação entre o número de filhos e a renda per capita nas famílias brasileiras, um reflexo das condições econômicas, culturais e sociais (CAMPELLO, 2013).

Historicamente, o Brasil tem vivenciado uma redução significativa na taxa de fecundidade. Em 1960, a taxa média de fecundidade era de 5,8 filhos por mulher, diminuindo para 2,3 filhos em 2000. Esse declínio foi observado tanto em estratos socioeconômicos médios e altos quanto, mais recentemente, nos estratos de menor nível socioeconômico (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Essa mudança na dinâmica populacional tem implicações diretas na composição e no bem-estar econômico das famílias (KREPPNER, 2003).

O estudo da relação entre o número de filhos e a renda per capita é crucial para entender a situação socioeconômica da população (IBGE, 2014). A família, como unidade fundamental da sociedade, desempenha um papel central na qualidade de vida de seus membros (MINUCHIN, 1988), influenciando decisões relativas à moradia, educação, saúde e, principalmente, à participação econômica de seus integrantes.

Além disso, estudos têm mostrado que famílias de baixa renda no Brasil tendem a ter mais filhos (IBGE, 2014). Dados do IBGE de 2003 revelam que, enquanto a média nacional de filhos por família é de 1,4, em famílias com renda per capita de até um quarto do salário-mínimo, essa média sobe para quase três filhos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Essa tendência sugere uma correlação inversa entre o número de filhos e a renda per capita, especialmente entre as famílias mais pobres (CAMPELLO, 2013).

Para compreender plenamente essa dinâmica, é essencial observar as mudanças nos arranjos familiares e nas condições socioeconômicas (KREPPNER, 2003). Transformações demográficas, como a redução da fecundidade e o envelhecimento da população, juntamente com mudanças sociais e culturais, como o menor número de matrimônios e aumento das separações, têm remodelado o conceito tradicional de família no Brasil (MINUCHIN, 1988). Essas mudanças têm implicações importantes nas relações de gênero e na distribuição de renda entre diferentes

tipos de famílias (CAMPELLO, 2013).

Este trabalho busca analisar a associação entre o tamanho da família e a renda per capita no Brasil, considerando as complexas interações entre demografia, economia e políticas sociais (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019). O objetivo é entender como as variações no número de filhos afetam a renda per capita das famílias brasileiras e, por extensão, as implicações dessas variações para as políticas públicas e para a estrutura socioeconômica do país (IBGE, 2014).

2. REVISÃO DA LITERATURA

Na literatura existente sobre a relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, diversos estudos, como os de PEDROSA & TEIXEIRA (2019), destacam a importância de entender as implicações socioeconômicas e demográficas dessa dinâmica. As pesquisas enfatizam a necessidade de uma abordagem multidimensional que considere fatores demográficos, econômicos, sociais e culturais.

O Brasil tem observado uma redução sustentada na taxa de fecundidade, particularmente nos estratos médios e altos, com um notável decréscimo também nos estratos de menor nível socioeconômico (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Essa mudança, evidenciada pela redução da taxa de fecundidade para dois filhos por mulher em 2006, é desigual entre as regiões e classes sociais, sendo mais pronunciada nas regiões Sul e Sudeste, e menos no Nordeste e Centro-Oeste do país (IBGE, 2014).

Estudos críticos sobre o planejamento familiar na saúde pública apontam para as limitações do modelo atual, que tende a focar na responsabilidade exclusiva das mulheres e desconsidera aspectos socioculturais importantes (CAMPELLO, 2013). O planejamento familiar, especialmente em contextos de pobreza, enfrenta desafios significativos, como a ineficácia em atender às demandas de mulheres pobres e a influência de benefícios como o auxílio-maternidade, que podem incentivar o aumento do número de filhos em algumas regiões (MINUCHIN, 1988).

Em locais como o Recôncavo da Bahia, o auxílio-maternidade rural parece influenciar o número de filhos, indicando uma relação entre a renda oferecida pelo benefício e o aumento da

taxa de fecundidade (KREPPNER, 2003). Esse fenômeno sugere que o planejamento familiar não é apenas uma questão biológica, mas também social, com implicações para a segurança social e serviços públicos como saúde e educação (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019).

Esses estudos refletem a complexidade da relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, demonstrando que fatores como políticas públicas, condições socioeconômicas regionais e arranjos familiares desempenham papéis cruciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Compreender essas dinâmicas é essencial para formular políticas mais eficazes e para uma análise mais profunda das tendências demográficas e econômicas no país (IBGE, 2014).

3. METODOLOGIA

A metodologia para analisar a relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil deve considerar a complexidade e a diversidade das famílias brasileiras (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019). Conforme indicado pela literatura revisada, a pesquisa sobre famílias exige uma abordagem multidimensional que integre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas (MINUCHIN, 1988; KREPPNER, 2003).

A pesquisa sobre famílias deve reconhecer a família como um sistema complexo, composto por subsistemas integrados e interdependentes (MINUCHIN, 1988). Isso requer a inclusão de múltiplas variáveis e a utilização de métodos que permitam compreender as inter-relações familiares (KREPPNER, 2003) e a influência do contexto mais amplo.

Para este estudo, serão utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que fornece informações detalhadas sobre a composição familiar, renda e outras variáveis socioeconômicas relevantes (IBGE, 2014).

A análise dos dados será realizada utilizando métodos estatísticos adequados para investigar a relação entre o número de filhos e a renda per capita, incluindo modelos de regressão e análise de variância (ANOVA) (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019). Dado que as dinâmicas familiares variam entre regiões e estratos socioeconômicos no Brasil, a análise deve considerar essas variações (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014).

Além da análise quantitativa, é importante incorporar uma perspectiva qualitativa, utilizando entrevistas ou grupos focais, para obter insights sobre como as famílias percebem as relações entre o número de filhos e a renda (CAMPELLO, 2013).

A pesquisa deve integrar contribuições de diferentes campos do conhecimento, como Sociologia, Psicologia e Antropologia, para fornecer uma compreensão holística e contextualizada das dinâmicas familiares (KREPPNER, 2003).

Esta metodologia proporcionará uma análise abrangente e detalhada da relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, considerando a diversidade e a complexidade das famílias brasileiras e as várias dimensões que influenciam essa relação (PEDROSA & TEIXEIRA, 2019).

4. RESULTADOS

A análise dos estudos disponíveis revela tendências significativas na relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, conforme identificado por PEDROSA & TEIXEIRA (2019). Observou-se que, nos últimos dez anos, houve uma redução de 10,7% no número de filhos por família, sendo mais acentuada entre os 20% mais pobres da população e particularmente notável na Região Nordeste. Em 2003, a média de filhos por família era de 1,78, reduzindo para 1,59 em 2013, com uma queda mais pronunciada entre os 20% mais pobres e no Nordeste, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014).

Contrariamente à percepção de que programas como o Bolsa Família incentivariam um aumento no número de filhos, verificou-se que os pré-requisitos do programa, incluindo consultas regulares de saúde, contribuíram para melhorar o acesso à informação sobre controle de natalidade e métodos contraceptivos, impactando positivamente na redução da taxa de fecundidade entre as famílias mais pobres (IBGE, 2014). A importância do acesso a métodos contraceptivos, facilitado pelo Bolsa Família, emergiu como uma das principais razões para a queda da fecundidade, especialmente entre a população mais pobre, destacando, contudo, os desafios persistentes relacionados ao acesso e distribuição desses métodos em algumas áreas (CAMPELLO, 2013).

Essa tendência de redução no número de filhos por família no Brasil é influenciada por

fatores como políticas públicas e melhor acesso a métodos contraceptivos, salientando a necessidade contínua de investir em políticas públicas eficientes, especialmente no que tange ao planejamento familiar e ao acesso a métodos contraceptivos, para sustentar a diminuição da taxa de fecundidade, particularmente nas regiões e estratos mais pobres da população (KREPPNER, 2003).

5. DISCUSSÃO

Os resultados encontrados contradizem a percepção de que políticas como o Programa Bolsa Família incentivariam um aumento no número de filhos entre as famílias mais pobres (CAMPELLO, 2013). Pelo contrário, a queda no número de filhos é atribuída, em parte, aos pré-requisitos do programa que promovem o acesso à saúde e à informação sobre controle de natalidade e métodos contraceptivos.

A interpretação desses resultados sugere que políticas públicas, especialmente aquelas focadas em saúde e educação, podem ter um impacto significativo na dinâmica familiar, influenciando tanto o número de filhos quanto a renda per capita (PEDROSA & TEIXEIRA, 2018).

A redução no número de filhos, especialmente entre as famílias mais pobres, pode estar associada a um melhor acesso a serviços de saúde e educação (IBGE, 2014), levando a uma maior conscientização sobre planejamento familiar e controle de natalidade.

Além disso, a variação regional nas taxas de redução do número de filhos reflete as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil (MINUCHIN, 1988; KREPPNER, 2003). A maior redução observada no Nordeste, por exemplo, pode indicar uma mudança significativa nas práticas de planejamento familiar e nas condições de vida das famílias nesta região.

Essas descobertas são fundamentais para entender as dinâmicas familiares e socioeconômicas no Brasil e para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas na promoção do bem-estar das famílias, especialmente as mais vulneráveis.

6. CONCLUSÃO

Este artigo investigou a relação entre o número de filhos e a renda per capita no Brasil, explorando como essa dinâmica é influenciada por fatores demográficos, econômicos, sociais e culturais. Os resultados indicam uma tendência de redução no número de filhos, particularmente entre as famílias mais pobres, o que pode ser atribuído, em parte, às políticas públicas de saúde e educação, como o Programa Bolsa Família.

A redução no número de filhos nas famílias mais pobres, especialmente na Região Nordeste, sugere que o acesso a serviços de saúde e educação tem impactado positivamente o planejamento familiar. Isso indica que políticas que promovem saúde e educação são cruciais para influenciar a dinâmica familiar e melhorar as condições socioeconômicas das famílias.

Em suma, este estudo contribui para a compreensão das mudanças nas estruturas familiares no Brasil e suas implicações socioeconômicas. Ele enfatiza a importância de políticas públicas integradas de saúde e educação para promover o bem-estar das famílias, especialmente as mais vulneráveis, e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país.

7. REFERÊNCIAS

PEDROSA, E. N.; Teixeira, E. C. **Relação entre o Tamanho da Família e a Formação Superior dos Brasileiros**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 12, n. 3, pp. 292-305, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2003-2013.

CAMPELLO, T. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. Em: **Redução no número de filhos por família é maior entre os 20% mais pobres do país**. Agência Brasil.

KREPPNER, K. (2003). **Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos**. SciELO Brasil.

MINUCHIN, S. (1988). **Família: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas.